DO PORÃO ÀS RUAS: PROTAGONISMO MILITAR E A REABILITAÇÃO DAS MEMÓRIAS FAVORÁVEIS À DITADURA EM TEMPOS DE AVANÇO CONSERVADOR.

Clarissa Grahl dos Santos[1]

Resumo:

O presente artigo aborda os embates que envolvem a memória da ditadura empresarial-militar, enfatizando a conformação de um campo de defesa a mesma após a redemocratização por parte de militares que atuaram no sistema repressivo. O objetivo é analisar o atual avanço da extrema-direita, o crescimento do protagonismo militar na política e a forma como esses fenômenos têm contribuído para a reabilitação da memória positiva da ditadura e dos nomes associados ao seu sistema repressivo.

Palavras-chave:
Ditadura brasileira. Extrema-direita. Memórias.

[1]Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Abstract:

This article aims to discuss the conflicts around the memory of Brazilian Dictatorship, emphasizing the emergence of a field composed of military members who worked in the repressive system and support a positive memory of the period. The objective is to analyze the current advance of the far-right, the increase of military presence in politics, and how it has contributed to the rehabilitation of a positive memory of the regime and the people associated with its repressive system.

Keywords:
Brazilian Dictatorship. Far-Right. Memories.

Nos últimos anos, a memória da ditadura está no palco de debates que superaram o ambiente acadêmico, situando-se no centro das disputas políticas contemporâneas. À luz do contexto político atual, os significados públicos que são atribuídos ao nosso passado recente se encontram em disputa. Dessa forma, convém ressaltar que as construções memorialísticas não dizem respeito apenas ao passado, mas fazem parte dos conflitos do presente. A memória, assim, deve ser entendida como essencial na luta pela hegemonia política e ideológica dado que incide na construção dos termos de percepção e organização da realidade social. Conforme escreveu Fernando Rosas, a memória é

> […] um aspecto essencial da luta pela hegemonia política e ideológica nas nossas sociedades. Ou seja, ao convocarmos, ao *inscrevermos* a Memória nos debates de hoje, não estamos só a olhar para trás, isto é, não nos refugiamos no passado, não fugimos para a nostalgia, estamos necessariamente, seja qual for o sentido mais ou menos assumido do exercício, a discutir os conteúdos civilizacionais, as representações societais, os conteúdos políticos e ideológicos que estruturam os discursos sobre o mundo de hoje e de amanhã (ROSAS, 2009, p. 85, grifo do autor).

Partindo do pressuposto que a memória é um componente da disputa pela hegemonia, esse artigo tem como objetivo abordar como o contexto político brasileiro recente contribuiu para a reabilitação e positivação da memória militar sobre a ditadura, notadamente a memória dos ex-agentes da repressão. Para isso,

voltaremos inicialmente ao período da abertura política quando ocorre uma das fases da chamada "batalha da memória".

A redemocratização e a "batalha da memória"

A partir do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), começa-se a formular a "política de distensão", a qual deveria levar a uma abertura conduzida de forma "lenta, gradual e segura". Tratava-se de desmantelar os mecanismos mais explícitos de repressão, como os atos institucionais, sem, todavia, deixar de aplicar o poder coercitivo de maneira seletiva à oposição tida como intolerável (ALVES, 2005).

A transição à democracia foi consolidada de maneira pactuada, com a reorganização das elites civis que outrora apoiaram o golpe e o regime e a lenta retirada dos militares. O corolário desse processo ficou registrado na aprovação da Lei de Anistia em 1979, cujo artigo que eliminou a possibilidade de punição dos agentes envolvidos em crime de Estado foi a grande moeda de troca para a saída dos militares do Governo. Além disso, nas negociações que resultaram na Constituição de 1988 manteve-se a função militar de defesa da lei e da ordem, equivalente ao que já estava previsto na Constituição de 1967 (MONTEIRO, 2012).

Em um outro sentido, foi também no período de redemocratização que começou a existir uma maior abertura do mercado editorial para a publicação de relatos de ex-guerrilheiros que narraram a experiência da luta armada e evidenciaram os crimes cometidos pelo Estado, sobretudo a tortura. Entre esses podemos destacar *Em câmera lenta,* de Renato Tapajós (1977); *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira (1979); *Os carbonários*, de Alfred Syrkis (1980) e *Tirando o capuz*, de Álvaro Caldas (1981). Alguns desses livros tornaram-se verdadeiros *best-sellers*, o que demonstra que eles "responderam a um anseio de informação existente na sociedade – ao menos naquela parcela que compra livros" (MAUÉS, 2011, p. 58).

Na década de 1980 surgiria a publicação que talvez seja, ainda hoje, a de maior expressão no campo da memorialística sobre a repressão política; trata-se do *Brasil: Nunca Mais*, obra organizada pela Arquidiocese de São Paulo. Com grande repercussão nacional e internacional e fundamentado em documentos oficiais da repressão, os quais continham denúncias pungentes de tortura, *Brasil: Nunca Mais* ganhou ampla legitimidade e auxiliou na construção da crítica à ditadura.

A redemocratização, entretanto, não foi apenas o momento para a esquerda avançar na batalha da memória. Em meio a cacofonia de vozes críticas, setores da elite política e empresarial que outrora apoiaram e financiaram o golpe e a ditadura também passaram a engrossar o caldo do discurso oposicionista, inclusive apropriando-se de maneira seletiva de algumas críticas da esquerda que então passavam a ganhar bastante legitimidade. A abertura política foi um momento propício para que esses setores entrassem na disputa da memória e reescrevessem sua história – a grande mídia, convém destacar, desempenhou um importante papel nesse sentido.

É nesse movimento, conforme aponta Napolitano (2014, p. 319), que começa a se constituir uma memória hegemônica sobre o período. Segundo o autor, essa memória, apesar da "incorporação de elementos importantes da cultura de esquerda, é fundamentalmente uma memória liberal, que tende a privilegiar a estabilidade institucional e criticar as opções radicais e extrainstitucionais". Assim, as características e variantes dessa memória supõem a relativização do golpe, explicado dentro do clima e das opções políticas da Guerra Fria; a equiparação moral dos golpistas com a esquerda derrotada em 1964 e da esquerda armada com a "linha dura"; a descaracterização do caráter de classe do regime; a divisão da sociedade entre "militares" e "civis" e homogeneização desses segmentos. Alguns desses elementos encontram-se presentes inclusive em parte da historiografia sobre o tema, criticada por alguns pesquisadores como parte de uma operação revisionista que se consolidou no campo da pesquisa acadêmica sobretudo a partir de 2004, na ocasião dos 40 anos do golpe (TOLEDO, 2006; MELO, 2012).

Rodrigues e Vasconcelos (2014), ao falarem sobre o que chamam de "memória oficial" do golpe e da ditadura – que na argumentação dos autores pode ser entendida dentro do mesmo significado do que Napolitano designou como "memória hegemônica" – atentam para o fato de que é necessário não apenas constatar a sua existência, mas considerar os seus aspectos constitutivos e relacioná-la à conjuntura na qual foi produzida. Trata-se, neste caso, de compreender quem foram os reais beneficiados por dada construção memorialística. Assim, essa memória hegemônica de caráter liberal serviu, sobretudo, para auto absolver os segmentos civis envolvidos com a ditadura que seguiram ocupando os espaços políticos após a redemocratização.

Esses setores, embora tenham apoiado o golpe, a ditadura e a repressão, buscaram se distanciar do passado em um movimento que não pode ser feito pelos militares que participaram e apoiaram a implementação e consolidação da ditadura, que passaram então a se sentir marginalizados. É por isso que muitas

das memórias militares que se seguiram não buscavam apenas se contrapor aos relatos de esquerda mas também denunciar o que enxergavam como um abandono de seus antigos aliados civis no período.

Memórias dos militares ex-agentes da repressão

Ao longo das últimas décadas, não foram poucos aqueles militares que saíram em defesa pública da ditadura por meio de publicação de livros, artigos em jornais ou entrevistas. Podemos dividi-los basicamente em dois grupos: os "militares do palácio", que seriam aqueles que atuaram no alto escalão do governo militar (exemplo Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar de Geisel, e Jarbas Passarinho, Ministro da Educação de Médici) e os "militares da repressão" (como Carlos Alberto Brilhante Ustra, Raymundo Negrão Torres, Agnaldo del Nero Augusto e Aluísio Madruga de Moura e Souza). Esses últimos faziam parte da chamada "comunidade de informações", grupo ideologicamente vinculado ao setor das Forças Armada que não aceitou bem os pactos da abertura política e a consequente desestruturação de parte daqueles órgãos repressivos então existentes.

Apesar de lento, esse desmonte da "comunidade de informações" contou com a oposição de alguns de seus membros mais radicalizados que lançaram mão de estratégias diversas para resistir ao projeto de distensão, indo desde a distribuição de panfletos anônimos dentro da caserna até a execução atentados terroristas. Eventos como o atentado à bomba contra a sede da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro em 27 de agosto de 1980 e o atentado malfadado do Riocentro em 1981 durante um show comemorativo do Dia do Trabalhador são exemplos da existência de um setor organizado entre os militares que resistia à redemocratização.

Esses atos não eram apenas uma reação desencadeada frente ao temor de punições futuras por parte dos integrantes do aparato repressivo, mas também uma defesa por parte desses militares da importância dos seus campos de atuação e do *status* que seus órgãos alcançaram durante o regime. Conforme apontou Chirio (2012, p. 204), o regime concedeu aos oficiais que integraram a repressão política "um sistema a ser defendido, bem como uma nova identidade política: eles são 'combatentes da revolução', que exigem a eterna perpetuação dos anos de chumbo sob o argumento de que a ameaça subversiva é imortal".

No advento da Nova República, as Forças Armadas fizeram questão não apenas de garantir o veto a qualquer discussão que pudesse dar margem à pu-

nição de seus membros, como também homenageou vários ex-agentes da repressão com a mais alta condecoração militar em tempos de paz, a Medalha do Pacificador com Palma. Criada em 1962 para premiar "militares brasileiros que em tempos de paz, no cumprimento do dever, hajam-se distinguido por atos pessoais de abnegação e bravura, com risco de vida devidamente comprovado", essa medalha se tornou uma forma privilegiada do Exército homenagear a repressão política (JOFFILY; CHIRIO, 2014).

Apesar dessa intenção clara das Forças Armadas de resguardar e premiar o aparato repressivo, alguns militares da reserva pareciam exigir dessa uma atitude ainda mais contundente em relação ao passado, que passasse pela defesa pública dos ex-agentes da repressão e pela afirmação militante de uma memória positiva do período. Ao longo das décadas que se seguiram, parte desses buscou constituir um campo de defesa à ditadura, mobilizando-se notadamente pela publicação de livros de memórias, narrando o que seriam as suas versões dos fatos (SANTOS, 2016)

O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército e reconhecido em ação declaratória como torturador, é autor de dois livros sobre o período, *Rompendo o silêncio* (1987) e a *A verdade sufocada* (2006). Ustra, que lançou seu primeiro livro em 1987 enquanto ainda na ativa, teve a sua não punição pela publicação garantida pela própria intervenção do Estado-Maior do Exército. Em que pese isso, está claro em suas palavras o ressentimento pela falta de um maior protagonismo da instituição frente a "batalha da memória". Conforme escreveu, "a passividade dos vencedores, o silêncio comprometedor das autoridades, somente fizeram crescer o revanchismo dos vencidos" (2006, p. 480). Contudo, conforme aponta o mesmo militar, "vários grupos, inconformados de ouvir somente um lado dessa história, resolveram se organizar e lutar para o restabelecimento da verdade" (2006, s/p).

O coronel Aluísio Madruga de Moura e Souza atuou durante a ditadura no DOI-CODI da 6ª Região Militar (Salvador) e da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada (Brasília), no SNI e no CIE. Além disso, fez parte do contingente militar que se deslocou ao norte do país para combater à Guerrilha do Araguaia, na operação de inteligência que ficou conhecida como Sucuri. Souza também é autor de dois livros sobre a ditadura, Movimento Comunista Brasileiro: Guerrilha do Araguaia (2002) e Desfazendo mitos da luta armada (2006). Em seu segundo livro, o coronel denomina a si próprio e a seus colegas da repressão como os "heróis esquecidos da Contra-Revolução de 1964" (SOUZA, 2006, p. 127).

Tomando para si a função de defender a memória positiva da ditadura, esses e outros militares criaram e organizaram-se em torno de alguns grupos que

passaram a se constituir como locus privilegiado para a difusão de suas ideias. Dentre esses podemos citar o Clube Militar, entidade sem vínculos formais com o Exército e que reúne, sobretudo, militares da reserva; o Terrorismo Nunca Mais (Ternuma), organização criada em 1998 que, segundo informações de sua página virtual, é formada por um "punhado de democratas civis e militares, inconformados com a omissão das autoridades legais e indignados com a desfaçatez dos esquerdistas revanchistas" e cujo nome é claramente uma alusão ao grupo Tortura Nunca Mais; além dos grupos Inconfidência e Guararapes.

Esses grupos, entretanto, constituíam-se basicamente em redutos de militares da reserva, com pouca capilaridade social. A percepção geral da maior parte desses militares parecia reforçar o que para muitos era encarado como um fato consolidado: os militares que atuaram na repressão política haviam perdido a "batalha da memória" e a redemocratização havia conformado definitivamente as Forças Armadas à caserna. Assim como supostamente não haveria mais espaço para o protagonismo militar no novo arranjo democrático, também não haveria espaço para as suas memórias.

O cenário brasileiro atual parece, no entanto, ir na contramão dessa percepção. A medida que vemos o fim dos pactos sociais que fundaram a Nova República e o seu próprio desmantelamento, a defesa à ditadura tem se mostrado cada vez mais explícita.

Avanço conservador e a saída das memórias militares do "porão"

Afirmar que uma memória perdeu, em um dado momento histórico, o seu respaldo e a sua capilaridade social passando a circular de maneira subterrânea, não significa concluir que tal fato é inalterável. Se entendemos que as memórias não dizem respeito somente ao passado mas estão também inseridas nas lutas sociais do presente, devemos ter em conta que seus termos não são imutáveis e, tal qual a história, estão sujeitas a frequentes revisões (NAPOLITANO, 2014, p. 320). Dito em outras palavras: sendo a memória política, não existem nem derrotas e nem vitórias definitivas.

A extrema-direita defensora do golpe, da ditadura e de uma memória positiva do período continuou existindo com o fim do regime, ainda que a partir da redemocratização e do avançar da Nova República suas opiniões tenham perdido a capacidade de pautar o debate público, recolhendo-se então a espaços quase privados.

A direita tradicional que se reorganizava em novas legendas políticas nesse momento não parecia por sua vez muito interessada em fazer da defesa da ditadura sua bandeira política primordial. Pelo contrário, em um cenário "pacificado" a custa do silenciamento e desaparecimento forçado das vozes contrárias, setores da elite política e empresarial puderam fazer sua mea-culpa, criticar os militares com seu autoritarismo e uso desproporcional da violência e, inclusive, ceder espaço na grande mídia para denúncias e produções culturais críticas ao regime. Não eram os seus posicionamentos antidemocráticos que efetivamente mudavam com o alvorecer da Nova República, mas sim a possibilidade de vincular um discurso apaziguado e pretensamente crítico que se abria.

Desde o crescimento do anticomunismo e da articulação da extrema-direita após as Jornadas de Junho de 2013, entretanto, vive-se no Brasil um momento político que propiciou que essas memórias positivas da ditadura viessem a superfície. Tal fato acarreta mudanças no próprio lugar social que outrora ocupavam os militares da reserva e os seus relatos, fazendo com esse tipo de revisionismo histórico ganhe maior espaço. Cabe assim retomar brevemente alguns eventos desse e dos anos seguintes, entre os quais destaca-se a operação sistemática de criminalização do Partido dos Trabalhadores.

Em junho de 2013 os protestos contra o aumento das tarifas do transporte público e pelo acesso à cidade iniciados em São Paulo pelo Movimento Passe Livre tiveram um processo de massificação e se espalharam pelo resto do país em virtude da brutal repressão policial contra os manifestantes e jornalistas que cobriam o evento. Junto ao crescimento das manifestações, pautas difusas começaram a ganhar as ruas, coincidindo também com uma conjuntura internacional em que protestos em outras partes do mundo acusavam um mal-estar com a democracia liberal contemporânea e seus limites representativos.[2] No Brasil, esse discurso de "mal-estar", no entanto, estava mais propenso a ser canalizado para pautas moralistas contra a corrupção e contra o sistema político como um todo do que por uma bandeira de radicalização da democracia e ampliação das esferas decisórias por parte da população. Não demorou assim para que os grandes meios de comunicação começassem a pautar os protestos e para que a classe média e alta aderisse em peso.

A partir daí estavam dadas as condições para desconstruir duramente a legitimidade do PT. Nos anos seguintes, o agravamento da crise econômica impôs uma disputa pelos recursos públicos. Diante disso, o partido optou por não tomar medidas que seriam radicais ao grande capital, como taxar grandes fortu-

[2]Refiro-me aqui a movimentos como o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, e o Indignados, na Espanha.

nas, decisão que poderia acirrar a luta de classes e abrir um horizonte incerto ao partido (SECCO, 2015). Preferiu novamente adotar uma saída conciliada, cujo marco foi o ajuste fiscal do governo de Dilma Rousseff. A aplicação de algumas políticas ortodoxas na economia implicou a perda de legitimidade com as bases sociais do petismo, tornado o partido ainda mais vulnerável.

Contudo, o elemento que permitiu colocar o PT em xeque perante a opinião pública foi a intensa operação de criminalização do partido conduzida pela grande mídia e pelo Judiciário, que conseguiu construir a ideia de que a corrupção era culpa de um partido. A imagem amplamente difundida de que o PT conduziu um esquema inédito de corrupção que contaminou o regime, demandando uma intervenção para além dos mecanismos democráticos, foi fundamental para que ideias autoritárias antes defendidas por círculos sociais mais restritos ganhassem legitimidade. Passou-se a exigir, assim, que uma "limpeza" no país fosse feita por alguma instituição por fora do "jogo político corrompido" (leia-se, do jogo democrático). Para alguns essa instituição seria o Judiciário e, para outros, as Forças Armadas.

Nas manifestações em favor do impeachment de Dilma Rousseff, que iniciaram já no contexto do pós-eleição em 2014 e ganharam maior fôlego a partir do ano seguinte, foi comum a presença de faixas, cartazes e até mesmo de carros de som que pediam não apenas a derrubada da presidenta eleita, mas também uma intervenção militar no país.



Faixa pedindo intervenção militar em protesto dia 15 de março de 2015, Belo Horizonte.
Foto tirada por Paulo Peixoto/Folhapress. FONTE: PROTESTOS em ao menos 17 Estados pedem de impeachment a intervenção militar. Folha de São Paulo, 15 mar. 2015. Disponível em:http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603185-protestos-em-17-estados-pedem-de-impeachment-a-intervencao-militar.shtml. Acesso em: 18 mar. 2015.

Em 2016, na Câmara de Deputados, o ainda deputado federal Jair Bolsonaro justificou seu voto a favor do impeachment homenageando Ustra, um dos torturadores da presidenta que estava sendo derrubada quando essa foi presa no DOI-CODI em 1970:

> Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve… contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é "sim" (BOLSONARO, 2016).

Ustra, o coronel que em 2006 queixava-se ao afirmar que as versões dos militares não tinham o mesmo espaço de divulgação que as críticas ao regime (USTRA, 2006, p. 25) talvez ficasse surpreso ao descobrir que, passado dez anos, o seu livro *A verdade sufocada* terminava como o sexto mais vendido do Brasil no gênero de não-ficção (MEIRELES; GENESTRETI, 2016).

No movimento da ampliação das defesas públicas da ditadura, Ustra parece ter sido até mesmo elevado a "ícone pop" da extrema-direita. Em 2017, o *rapper* Luiz Paulo Pereira da Silva, conhecido pelo nome artístico de Luiz, O Visitante e um dos idealizadores do movimento autointitulado "Destra rap", lançou uma música cujo título era *#UstraVive*. Na letra homenageava o coronel e dizia "Viva o regime militar! Pró direita eu vou militar" (O VISITANTE, 2017). Na mesma tônica, em 2018 o *rapper* Lukaz M.O, que reivindica o mesmo movimento, lançou a música *A verdade sufocada: "*Comandou o DOI-CODI | Tal órgão da repressão | Na luta contra os comunas | Contra a tal revolução | Exemplo de militar patriota com amor | Hoje em dia presto sim | Continência ao senhor". Seguindo a letra, o *rapper* conclui com a defesa dos métodos amplamente aplicados pelo seu homenageado: "Perguntei pra minha vó | De comunismo como sara? | Ela respondeu pra mim | Remédio é chá de pau-de-arara" (M.O, 2018).

É interessante ainda notar como as letras das músicas desses *rappers* de direita estão alinhadas ao discurso que a memória militar a anos ventila, como não ter sido 1964 um golpe mas uma "Contrarrevolução" e que a Lei de Anistia possibilitou a organização da esquerda para espalhar mentiras sobre o passado: "Depois da lei da anistia | Voltaram e sem dar alarde | Disseminam as mentiras | Que maquiam a verdade" (M.O, 2018). Esse compartilhamento de uma lin-

guagem comum demonstra que esses jovens de direita não só tem acesso como reproduzem elementos da memória militar.

No carnaval de 2018 Ustra ainda estampou a foto da página do evento criado no *facebook* pelo grupo Direita São Paulo para o bloco carnavalesco chamado "Porão do DOPS". Poucos dias antes do evento, o bloco foi proibido de sair pela Justiça por conta de sua explícita defesa à tortura (ARAÚJO, 2018). Seu nome deixava claro não só a sua defesa à ditadura, mas precisamente de seu sistema repressivo.

No evento de posse de Jair Bolsonaro como presidente também não faltaram camisetas estampadas com o rosto do mencionado coronel com a frase que já se tornou slogan político: "Ustra vive". Bolsonaro durante a corrida presidencial já havia citado *A Verdade sufocada* de Ustra como seu livro de cabeceira no programa Roda Viva da TV Cultura. Logo depois, segundo publicou a Exame em seu *site,* generais teriam aconselhado ao então candidato não repetir a afirmação durante a campanha (ESTADÃO CONTEÚDO, 2019)



Posse de Jair Bolsonaro à presidência da República em 1ª de janeiro de 2019, Brasília.
Foto tirada por Silvia Izquierdo/AP. FONTE: MPF vai à Câmara dos Deputados defender.... Yahoo Notícias, 19 out. 2019. Disponível em https://br.noticias.yahoo.com/mpf-defende-que-apologia-a-ditadura-seja-crime-165103718.html. Acesso em: 19 out. 2019.

Capitão do Exército, umbilicalmente vinculado à mencionada direita que não aceitou o pacto da redemocratização, Bolsonaro nunca fez de sua defesa à

ditadura um segredo. Apesar disso, na corrida eleitoral de 2018 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) obrigou a suspensão do programa do candidato Fernando Haddad do PT que associava Bolsonaro à defesa da tortura e da ditadura (TV GLOBO, 2018). Poucos meses depois, em março de 2019, Bolsonaro determinou que o Ministério da Defesa fizesse as "comemorações devidas" relativas à data de "31 de março", com a leitura de ordem do dia nos quartéis (ESTADÃO CONTEÚDO, 2019). A leitura de uma ordem do dia conjunta para as três forças militares não ocorria pelo menos desde 1995, quando foi extinta (CASTRO, 2008, p. 131-132). Além disso, as comemorações ao golpe haviam sido retiradas do calendário oficial das Forças Armadas e proibidas até mesmo dentro dos quartéis em 2011 por determinação de Dilma Rousseff.

Embora Bolsonaro, que estava em viagem à Israel, não tenha em 2019 utilizado suas redes sociais para celebrar a data, um vídeo comemorativo foi compartilhado pelo Planalto em um de seus canais de comunicação oficial, o qual foi também reproduzido pelo deputado federal e filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, em suas redes sociais. O vídeo trazia um homem já idoso elogiando a ação do Exército, afirmando que os militares haviam salvado o Brasil em 1964 (BOLDRINI, 2019). Se antes a defesa pública à ditadura não conseguia ir muito além dos círculos militares, hoje conta com a chancela presidencial.

Bolsonaro também inaugurou o governo com o maior número de militares desde o fim da ditadura, espalhados esses por áreas que vão desde o seu próprio vice até a assessoria da Caixa Econômica Federal. A composição de seu ministério chegou mesmo a superar Geisel, Médici e Figueiredo em número de cadeiras ocupadas por ministros militares.

Embora com algumas divergências e disputas junto as demais forças que compõe o "bolsonarismo" (como a chamada "Ala Olavista", por exemplo), as Forças Armadas são um dos importantes pilares que sustentam o Governo, exercendo um protagonismo público que há décadas não tinham.

O caminho que levou até aqui, no entanto, não deixou de ser pavimento pelos mesmos setores que outrora buscaram se desvincular da ditadura. As omissões à presença de grupos de extrema-direita defensores da ditadura desde as primeiras manifestações pró impeachment, seguindo-se ao espaço dado a alguns militares como interlocutores válidos por parte da grande imprensa, foi fundamental para isso.

No dia 3 de abril, um dia antes do julgamento do *habeas corpus* impetrado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Supremo Tribunal Federal (STF), um fato grave envolvendo os militares. O comandante do Exército na época, Eduardo Villas Bôas, fez duas postagens em seu *twitter* ameaçando

o Supremo caso não condenasse Lula. Na primeira, escreveu: "Nessa situação em vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo: quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?". Na segunda continuava claramente em tom de ameaça: "Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais" (NA VESPERA, 2018). Sua postagem foi reproduzida pelo juiz federal Marcelo Bretas, responsável pela Lava Jato no Rio de Janeiro, e lida na íntegra sem qualquer comentário por William Bonner no final da edição do Jornal Nacional daquele mesmo dia. Ao fazer isso, a rede Globo estava claramente alçando o general como um interlocutor válido em matéria de política, normalizando e fazendo coro a sua clara ameaça às instituições. No dia seguinte o STF negou o pedido de *hapeas corpus* a Lula, resultando em sua prisão.

O mesmo STF, por sua vez, não deixa de estar publicamente imbrincado com os militares. Ao ser empossado como ministro da Suprema Corte em 2018, Dias Toffoli fez questão de nomear o general da reserva Fernando Azevedo e Silva como seu assessor. Com boa interlocução no Congresso, no Alto-Comando do Exército, com Bolsonaro e com Mourão, Azevedo e Silva foi a indicação dada a Toffoli por Villas Bôas, o mesmo general que há pouco havia ameaçado o próprio STF. Em seus acenos aos militares, Toffoli também já havia relativizado o golpe em uma palestra dada em setembro de 2018 na Universidade de São Paulo em que dizia que "Hoje, não me refiro nem mais a golpe, nem a revolução. Me refiro a movimento de 1964" (BRÍGINO; SASSINE, 2018).

Conclusão

A reabilitação das memórias favoráveis à ditadura são exemplar dos anseios do grupo político que chegou ao Governo com as eleições de 2018. Afinal de contas, essas memórias não dizem respeito somente ao passado que esse mesmo grupo quer positivar e com o qual muitos têm uma estreita vinculação, mas também ao projeto político que buscam impor no presente. Bolsonaro representa o rompimento com a Nova República inaugurada com a Carta de 1988, busca não apenas implementar as reformas neoliberais para as quais há o consenso do bloco conservador mas também um Estado de cunho policial e um regime de

caráter bonapartista.[3] E não se faz isso sem modificar o passado e dar um novo lugar social justamente àquela memória que havia sido relegada ao "porão" no arranjo que constituiu a frágil democracia pós ditadura.

Por isso a importância em reconhecer na memória um espaço de luta social. Como disse Walter Benjamin em 1940, em tempos também sombrios do crescimento do fascismo: "O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer" (BENJAMIN, 1987).

RECEBIDO em 15 de maio de 2020
APROVADO em 17 de julho de 2020

REFERÊNCIAS

Jornais e músicas

ARAÚJO, Glauco. Justiça proíbe bloco Porão do Dops no carnaval de São Paulo. **G1.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/justica-proibe-bloco-porao-do-dops-no-carnaval-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 31 jul. 2019.

BOLDRINI, A. Planalto e Eduardo Bolsonaro divulgam vídeo que celebra golpe de 64. **Folha.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/planalto-e-eduardo-bolsonaro-divulgam-video-que-celebra-golpe-de-64.shtml>. Acesso em: 7 jul. 2019.

BRÍGIDO, C.; SASSINE, V. O general assessor de Toffoli, que faz pontes entre o STF e a caserna. **Época.** Disponível em: <https://epoca.globo.com/o-general-assessor-de-toffoli-que-faz-pontes-entre-stf-a-caserna-23168326?versao=amp&__twitter_impression=true>. Acesso em: 22 out. 2018.

[3]Breno Altman, jornalista marxista e fundador do veículo de mídia independente Opera Mundi, tem atualmente elaborado análises nesse sentido, buscando entender a natureza do Estado que vem se constituindo com Jair Bolsonaro. Essas podem ser acessadas no site e no canal do youtube de Opera Mundi: https://operamundi.uol.com.br/ e https://www.youtube.com/user/Opmundi

ESTADÃO CONTEÚDO. Militares pedem cautela, mas Bolsonaro estimula celebração do golpe de 64. **Exame.** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-estimula-celebracao-do-golpe-militar-de-64/>. Acesso em: 31 jul. 2019.

LUKAZ M.O. **A verdade Sufocada**. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BOLPUodPd2g. Acesso em: 10 jul. 2019.

NA VESPERA de julgamento sobre Lula, comandante do Exército diz repudiar impunidade. **Folha.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/na-vespera-de-julgamento-sobre-lula-comandante-do-exercito-diz-repudiar-impunidade.shtml>. Acesso em: 11 jun. 2019.

MEIRELES, Maurício; GENESTRETI, Guilherme. Brilhante Ustra é o sexto autor de não ficção mais vendido do país. **Folha de São Paulo**, 03 de jun. 2016. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1777921-brilhante-ustra-e-o-sexto-autor-de-nao-ficcao-mais-vendido-do-pais.shtml> Acesso em: 07 jun. 2016.

O VISITANTE, Luiz. **#UstraVive.** Recife, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VyYYb0lathA. Acesso em: 10 jul. 2019.]

PROTESTOS em ao menos 17 Estados pedem de impeachment a intervenção militar. **Folha de São Paulo**, 15 mar. 2015. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603185-protestos-em-17-estados-pedem-de-impeachment-a-intervencao-militar.shtml. Acesso em: 18 mar. 2015.

TV GLOBO. TSE proíbe PT de usar programa que associa Bolsonaro a atos de tortura e violência. **G1.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/20/tse-proibe-pt-de-usar-programa-que-associa-bolsonaro-a-atos-de-tortura-e-violencia.ghtml>. Acesso em: 7 jul. 2019.

TRUFFI, Renan. O PT ainda não entendeu o "antipetismo"? (entrevista a Loncoln Secco). **Carta Capital**, 10 mar. 2015. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/politica/o-pt-ainda-nao-entendeu-o-antipetismo-7998.html. Acesso em: 28 out. 2016.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil.** Bauru: EDUSC, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1

CASTRO, Celso. Comemorando a "revolução" de 1964: a memória histórica dos militares brasileros. In.: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samanta Viz (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina:** balanço histórico e perspectiva. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CHIRIO, Maud. **A política nos quarteis:** revoltas e protestos de oficiais da ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____; JOFFILY, Mariana. A repressão condecorada: a atribuição da Medalha do Pacificador a agentes do aparato de segurança (1964-1985). **História Unisinos**, set/dez 2014.

MAUÉS, Flamarion. Os livros de denúncia da tortura após o golpe de 1964. **Cadernos Cedem**, Marília, v. 2, p. 47-59, 2011.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In.: _____ (org.). **A miséria da historiografia:** uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

MONTEIRO, Tiago Francisco. **A nova república e os debates relativos ao papel político das forças armadas pós-ditadura:** homens, partidos e idéias (1985-1990). 2012. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

RODRIGUES, Fernando da Silva; VASCONCELOS, Cláudio Beserra. Os oficiais brasileiros da reserva e a defesa da memória institucional do "31 de março de 1964". **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 18, n. 3, p. 512-528, setembro/dezembro de 2014.

ROSAS, Fernando. Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política. **Germinal:** Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 1, n. 1, p. 84-87, jun. 2009.

SANTOS, Clarissa Grahl dos. **Das armas às letras:** os militares e a constituição de um campo memorialístico de defesa à ditadura empresarial-militar. 2016. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SOUZA, Aluisio Madruga de Moura e. **Desfazendo mitos da luta armada:** documentário. Brasília: abc BSD Gráfica e Editora Ltda, 2006. 492p.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica marxista**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 27-48, 2004.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A Verdade Sufocada:** a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Ser, 2006. 541 p.